

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: DESAFIOS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Continuing Teacher Education in the State of São Paulo: Challenges, Impacts, and Perspectives

Marco Wandercil

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Rafael Perelli

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Alexandre Costa Carraro

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Cesar Antonio Souza

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Pualo Sergio Garcia

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

RESUMO

O presente artigo analisa a literatura acadêmica sobre políticas públicas para a formação continuada de professores no estado de São Paulo, explorando características, limitações e impactos dessas iniciativas no Brasil. A relevância do tema reside na necessidade de alinhar a formação docente às demandas educacionais contemporâneas. Foi realizada uma revisão de literatura, utilizando o software Harzing's Publish or Perish e a base Google Scholar, com os descritores "Políticas Públicas", "Formação Continuada de Professores" e "Estado de São Paulo". Dez obras foram selecionadas, baseando-se em critérios de relevância temática e temporal (2019-2023). A análise qualitativa concentrou-se nos objetivos, metodologias e contribuições das publicações. Os resultados indicam que, embora as políticas públicas sejam essenciais para o desenvolvimento docente, enfrentam desafios significativos, como lacunas no financiamento, desarticulação entre teoria e prática e desigualdades regionais. Alguns estudos destacaram esforços pontuais, como o uso de TIC, mas a abrangência das ações permanece limitada. As obras analisadas enfatizam a necessidade de políticas mais inclusivas, alinhadas às realidades locais e que promovam uma formação reflexiva e crítica. Conclui-se que avanços são necessários para superar lacunas estruturais e garantir uma formação docente eficaz, contribuindo para a valorização profissional e a melhoria da qualidade educacional.

Palavras-chaves: Políticas Públicas Educacionais; Formação Continuada de Professores; Desenvolvimento Docente

ABSTRACT

This article analyzes the academic literature on public policies for the continuing education of teachers in the state of São Paulo, exploring the characteristics, limitations, and impacts of these initiatives in Brazil. The relevance of the topic lies in the need to align teacher training with contemporary educational demands. A literature review was conducted using the Harzing's Publish or Perish software

and the Google Scholar database, with the descriptors "Public Policies," "Continuing Teacher Education," and "State of São Paulo." Ten studies were selected based on thematic and temporal relevance criteria (2019-2023). The qualitative analysis focused on the objectives, methodologies, and contributions of the publications. The results indicate that although public policies are essential for teacher development, they face significant challenges such as funding gaps, disconnection between theory and practice, and regional inequalities. Some studies highlighted isolated efforts, such as the use of ICT, but the scope of these actions remains limited. The analyzed works emphasize the need for more inclusive policies, aligned with local realities, and fostering reflective and critical teacher education. It is concluded that advancements are needed to address structural gaps and ensure effective teacher training, contributing to professional recognition and improved educational quality.

Keywords: Educational Public Policies; Continuing Teacher Education; Teacher Development;

INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é reconhecida como uma condição essencial para enfrentar os desafios da educação contemporânea. Em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas e sociais, a necessidade de qualificar constantemente o corpo docente é uma das prioridades das políticas educacionais. Essas transformações impactam diretamente as práticas pedagógicas e curriculares, exigindo que os professores estejam preparados para atender a uma sociedade em constante evolução, que demanda práticas educativas inovadoras e inclusivas. No entanto, as políticas públicas brasileiras apresentam lacunas significativas, que comprometem a efetivação de programas capazes de assegurar qualidade e equidade na formação docente (Gatti *et al.*, 2019).

No estado de São Paulo, que concentra a maior população do país e uma das redes educacionais mais amplas e diversificadas, essas lacunas tornam-se ainda mais evidentes. De acordo com o Censo do IBGE (Brasil, 2022), o Estado possui aproximadamente 44,5 milhões habitantes, representando uma complexidade educacional que exige políticas públicas robustas e eficazes. Em um cenário onde a diversidade social e cultural é um dos marcos da educação paulista, torna-se imprescindível garantir uma formação continuada que prepare os professores para lidar com os desafios cotidianos, como a heterogeneidade das salas de aula e as demandas específicas de diferentes contextos escolares.

O tema ganha relevância ao evidenciar que, além de formar professores, é necessário garantir que essa formação seja de qualidade, com base em conhecimentos sólidos e estruturas educacionais adequadas para o exercício docente. Uma formação de qualidade transcende a simples transmissão de conteúdos teóricos, demandando a capacitação dos professores para enfrentar questões práticas e reflexivas. Farina e Benvenuto (2024) salientam que uma formação continuada eficaz deve ir além da teoria, sendo necessária a criação de oportunidades para que os docentes reflitam sobre suas próprias práticas pedagógicas e desenvolvam habilidades que os preparem para responder às exigências de suas comunidades escolares.

A importância de ambientes colaborativos e espaços de troca de experiências também é destacada por Farina e Benvenuto (2024), que argumentam que grupos de estudos, colaboração entre pares, formação baseada na prática pela prática, formação contínua contextualizada, desenvolvimento de competências sociais e emocionais e tecnologias digitais podem fomentar interações significativas entre profissionais da educação, promovendo a inovação pedagógica. Esses ambientes possibilitam a construção de um *ethos* coletivo entre os professores, essencial para o aprimoramento contínuo de suas práticas. Essa visão também é apresentada por Libâneo (2004), que já enfatizava que os espaços escolares não apenas atendem às necessidades de aprendizagem dos alunos, mas também devem atuar como *Locus* de desenvolvimento profissional para os educadores.

Momentos de formação continuada que incentivam o intercâmbio de experiências entre docentes de diferentes contextos escolares têm o potencial de ampliar a percepção sobre as realidades educacionais e fomentar abordagens criativas para os problemas enfrentados no cotidiano escolar. Libâneo (2004), Nóvoa (2007), Tavares (2008), Gatti *et al.* (2019) e Farina e Benvenuto (2024), destacam que essas oportunidades permitem que os professores adquiram novas perspectivas e desenvolvam soluções que respondam de forma mais eficaz às demandas de suas comunidades escolares.

Outro aspecto central da formação continuada é o seu papel no desenvolvimento de uma nova profissionalidade docente. Nóvoa (2007) defende que a formação deve encorajar os professores a adotar práticas que melhorem continuamente o ensino e contribuam para a organização dos estabelecimentos escolares. Essa perspectiva aponta para a necessidade de uma formação que prepare o professor para atuar como agente transformador dentro de sua instituição, promovendo um ambiente educacional eficiente e colaborativo.

Para que essas mudanças ocorram, a formação continuada deve ser projetada de forma a encorajar uma análise crítica por parte dos professores. Segundo Farina e Benvenuto (2024), a educação crítica não se limita à transmissão de conhecimento, mas incentiva os educadores a refletirem sobre os contextos em que atuam, reconhecendo suas responsabilidades na construção de uma sociedade mais equitativa. Ao fomentar essa análise reflexiva, os professores são capacitados a identificar áreas que precisam de aprimoramento, promovendo uma abordagem mais clara e eficaz do processo de ensino-aprendizagem.

Libâneo (2016) acrescenta que a formação docente deve estar alinhada às diretrizes legislativas e práticas pedagógicas, uma vez que estas estabelecem as bases para uma educação de qualidade. Além disso, o autor destaca que o financiamento da educação é um fator crucial para garantir que as escolas possam oferecer infraestrutura adequada, materiais didáticos e capacitação para os professores. A insuficiência de investimentos compromete a qualidade da formação continuada e, conseqüentemente, o desempenho escolar dos alunos. Essa situação evidencia uma inversão de prioridades no sistema educacional brasileiro, onde frequentemente se privilegia o tratamento das conseqüências da

exclusão social em vez de investir na prevenção por meio de uma educação inclusiva e de qualidade (Marin, 2024).

Outro ponto abordado por Nóvoa (1997), é a desvalorização da profissão docente, muitas vezes resultante de políticas públicas ineficazes. A falta de reconhecimento e autonomia profissional reduz o comprometimento dos professores com o ensino, impactando negativamente a qualidade das aulas e as oportunidades de aprimoramento profissional. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas que valorizem a formação inicial e continuada como pilares fundamentais para a melhoria da educação.

A formação de professores deve ser concebida como um processo contínuo, que vá além da capacitação técnica, todavia, considerando este tipo de formação e não somente o envolvimento com teorias, e envolva o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas. Farina e Benvenuto (2024) destacam que programas de formação precisam formar os professores com novas metodologias e práticas pedagógicas que atendam às demandas atuais, promovendo uma atuação docente mais qualificada.

Embora a literatura sobre formação continuada de professores no Brasil discuta amplamente os desafios e as perspectivas das políticas públicas, ainda são escassos os estudos que sistematizam, de forma analítica, como essas políticas têm sido abordadas na produção acadêmica com foco específico no estado de São Paulo. Grande parte dos trabalhos concentra-se na formulação das políticas ou em análises de âmbito nacional, deixando em segundo plano as investigações que tratam dos impactos, das características e das lacunas percebidas a partir de revisões e estudos científicos sobre a realidade paulista.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender como os pesquisadores têm problematizado as políticas públicas de formação continuada desenvolvidas no estado, quais aspectos são mais enfatizados, que fragilidades e avanços têm sido apontados, e de que maneira essas análises dialogam com o contexto nacional. Tal investigação pode contribuir para uma visão mais crítica e fundamentada sobre o tema, oferecendo subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais.

A partir dessa problemática, este estudo propõe responder às seguintes questões: quais são as principais características das políticas públicas de formação continuada de professores no estado de São Paulo, conforme descritas e analisadas na literatura acadêmica produzida nos últimos cinco anos? De que forma os estudos analisados abordam as desigualdades regionais e os desafios relacionados à eficácia da formação docente? Que lacunas de pesquisa e oportunidades de aprimoramento das políticas públicas são apontadas pelos autores ao comparar o contexto do estado de São Paulo com o cenário nacional?

O objetivo deste artigo é analisar como a literatura acadêmica recente tem compreendido e discutido as políticas públicas de formação continuada de professores no estado de São Paulo, destacando as principais características, limitações, potencialidades e impactos apontados por outros autores sobre as práticas pedagógicas. Busca-se, por meio dessa análise bibliográfica, oferecer subsídios para a

formulação de políticas mais eficazes, alinhadas às demandas contemporâneas da educação básica.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para responder ao objetivo proposto, adotou-se o método sistemático de revisão bibliográfica, que, conforme Gil (2002), fundamenta-se na utilização de materiais previamente elaborados por outros pesquisadores. Esse tipo de investigação caracteriza-se por ser descritiva e de abordagem qualitativa, amplamente empregada na pesquisa científica para oferecer uma visão geral sobre determinada área de estudo. A metodologia possibilita ao pesquisador realizar uma análise crítica e sistemática da literatura existente, sintetizando o conhecimento atual e identificando lacunas que possam orientar novas perguntas de pesquisa.

O percurso metodológico iniciou-se com a busca de dados na base Google Scholar, utilizando o software Harzing's Publish or Perish, versão 8.9.4538.8589. Essa ferramenta foi selecionada devido à sua reconhecida eficácia na realização de buscas sistemáticas, permitindo a identificação rápida e estruturada de publicações acadêmicas em bases amplas. A coleta foi realizada em outubro de 2023, utilizando os descritores "Políticas Públicas", "Formação Continuada de Professores" [and - e] "Estado de São Paulo". Esses descritores foram escolhidos com base na problemática do estudo, como o objetivo de capturar publicações que tratassem especificamente de políticas educacionais voltadas à formação docente no contexto paulista.

Para refinar os resultados, foram aplicados filtros específicos, como a delimitação temporal entre 2019 e 2023 e a seleção dos 50 documentos mais relevantes. Essa abordagem inicial buscou garantir que os materiais analisados refletissem o estado mais recente da literatura. Após essa etapa, realizou-se uma análise detalhada dos títulos das publicações, excluindo-se aqueles que não apresentavam elementos diretamente relacionados à temática proposta. Esse processo resultou em um subconjunto de 35 obras.

Em uma etapa posterior, foi realizada uma triagem mais rigorosa, na qual se avaliou a relação dos conteúdos dos materiais com as questões norteadoras do estudo. Aspectos como a problemática abordada, os pressupostos teóricos levantados e os objetivos explícitos foram considerados essenciais para determinar a relevância de cada documento. Após essa análise, 10 obras foram selecionadas para compor o corpus final do estudo. Ressalta-se que a exclusão de outras publicações não indica falta de importância em contextos diferentes, mas apenas sua inadequação aos objetivos específicos desta pesquisa.

A análise qualitativa dos materiais selecionados permitiu destacar informações relevantes sobre como a produção acadêmica recente tem tratado as políticas públicas de formação continuada de professores no estado de São Paulo. Cada obra foi lida e sintetizada, enfatizando aspectos como as diretrizes políticas, as abordagens metodológicas e as conclusões apresentadas. Essa abordagem possibilitou identificar

tendências e limites nas políticas públicas, além de permitir uma comparação entre as diferentes estratégias implementadas. Alguns documentos evidenciaram diretrizes mais amplas e detalhadas, enquanto outros apresentaram lacunas significativas em termos de abrangência e efetividade.

Apesar das limitações do estudo, como a restrição a um número específico de obras e o foco em uma abordagem qualitativa, os resultados abrem espaço para discussões mais amplas e incentivam o aprofundamento do tema em futuros trabalhos. Estudos futuros poderão desenvolver investigações empíricas e comparativas, ampliando a compreensão dos efeitos das políticas públicas de formação continuada em diferentes contextos educacionais brasileiros.

RESULTADOS

Os dados analisados destacam o papel central das políticas públicas na promoção de uma formação continuada de qualidade, mas também revelam lacunas e desafios estruturais que comprometem sua efetividade. No estado de São Paulo, embora as iniciativas sejam amplamente reconhecidas como necessárias para melhorar a prática pedagógica, os estudos selecionados apontam para um desalinhamento entre a formulação dessas políticas e sua implementação prática, conforme discutido por Libâneo (2016) e Nóvoa (2007).

Os estudos analisados, apresentados no Quadro 1, exploram diferentes aspectos das políticas públicas e iniciativas práticas voltadas à formação continuada de professores. Cada uma das obras selecionadas oferece uma perspectiva distinta sobre os desafios, avanços e limitações desse campo no Brasil, com foco específico em São Paulo.

Essa distinção foi fundamental para garantir maior rigor analítico, permitindo aos leitores compreender a origem e o alcance de cada conjunto de evidências discutidas ao longo do artigo.

O segundo grupo contempla publicações cujo recorte é nacional, mas cujas análises, reflexões ou propostas impactam diretamente as políticas de formação continuada no Estado de São Paulo. Exemplos incluem os estudos de Cardoso, Almeida e Silveira (2021) e Melo e Santos (2020), que, embora não se limitem ao contexto paulista, discutem diretrizes e tendências nacionais que influenciam a elaboração e implementação de políticas nos estados, incluindo São Paulo.

Estudos de abrangência nacional com implicações para o contexto paulista

Este primeiro conjunto de obras abrange estudos que têm como escopo explícito o contexto paulista. Entre os artigos analisados, destacam-se aqueles que abordam políticas estaduais, experiências municipais dentro de São Paulo e iniciativas específicas implementadas em redes de ensino paulistas, como as análises de Figueiredo (2019) e Souza e Vieira (2023).

Estudos com foco no Estado de São Paulo

Dessa forma, os resultados foram organizados em dois blocos:

Considerando a escassez de produções científicas que tratem exclusivamente das políticas públicas de formação continuada no estado de São Paulo, optou-se por incluir, no corpus da pesquisa, tanto estudos com foco diretamente paulista quanto publicações de abrangência nacional cujas análises oferecem subsídios relevantes para compreender os impactos, limites e potencialidades das políticas de formação continuada nas redes públicas de ensino paulista. Essa decisão metodológica visou ampliar o entendimento do fenômeno, considerando que muitas das diretrizes nacionais têm repercussões diretas sobre as políticas estaduais e municipais.

Quadro 1. Artigos identificados na base Google Scholar

Autor	Título	Fonte	Ano
Nogueira e Borges	A BNC-Formação e a Formação Continuada de professores	Revista online de Política e Gestão Educacional	2021
Magalhães	Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015)	Revista Linhas	2019
Cardoso, Almeida e Silveira	Formação continuada de professores para uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no Brasil	Revista Brasileira de Informática na Educação	2021
Melo e Santos	A formação continuada de professores (as) no Brasil: do século XX ao século XXI	Revista Humanidades e Educação	2020
Barboza e Santana	A relação entre qualidade da educação e formação continuada de professores	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	2022
Antunes	Formação continuada de professores/as: uma análise a partir de ordenamentos legais	Anais de Colóquios de Políticas e Gestão da Educação - Ufscar	2020
Figueiredo	Formação continuada de professores: a JEIF na construção das territorialidades docentes em uma escola pública do município de São Paulo	Repositório Unifesp	2019
Souza e Vieira	Formação continuada de professores da educação infantil	Interfaces Científicas	2023

Autor	Título	Fonte	Ano
	em dois municípios do interior paulista		
Costa, Silva e Souza Junior	A Formação Continuada de Professores: um olhar para o PNE 2014- 2024	I Latin American Congress of Education, Curitiba	2021
Escobar e Carlesso	Formação continuada de professores: aspectos históricos e as políticas educacionais para inclusão de alunos com deficiência na escola regular de ensino	Disciplinarum Scientia. Série: Sociais Aplicadas, Santa Maria	2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As obras foram analisadas qualitativamente, em conformidade com Creswell e Creswell (2021), que defendem a importância de se explorar os significados atribuídos por indivíduos e grupos a fenômenos sociais complexos. A abordagem qualitativa permitiu identificar não apenas tendências e lacunas, mas também compreender os fatores que afetam a implementação e os resultados das políticas de formação continuada, conforme destacado no quadro 2.

Quadro 2. Fatores que afetam a implementação e os resultados das políticas de formação continuada de professores

Autores	Tendências e lacunas
Magalhães (2019); Nogueira e Borges (2021)	Formação Docente e Influências Neoliberais
Cardoso, Almeida e Silveira (2021)	Tecnologia na Formação Continuada
Barboza e Santana (2022); Souza e Vieira (2023)	Desigualdades Regionais e Planos de Carreira
Antunes (2020); Melo e Santos (2020)	Impacto Histórico e Marcos Legais
Figueiredo (2019); Escobar e Carlesso (2022)	Inclusão e Territorialidades Docentes
Costa, Silva e Souza Júnior (2021)	Plano Nacional de Educação 2014 - 2024

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As análises de Nogueira e Borges (2021) e Magalhães (2019) apontam para a crescente influência do neoliberalismo nas políticas públicas de formação continuada no Brasil. Essas políticas têm priorizado abordagens pragmáticas e tecnicistas, que desvalorizam a articulação entre teoria e prática. A Base Nacional Comum Curricular (BNC-Formação), objeto de estudo de Nogueira e Borges (2021), é criticada por representar um retrocesso na formação docente, ao enfatizar competências técnicas em detrimento de uma formação crítica e integral.

Magalhães (2019) reforça essa crítica ao argumentar que as concepções de formação continuada presentes no PNE (2014-2024) e na BNCC refletem uma lógica que privilegia a eficiência técnica, mas ignora as complexidades sociais e pedagógicas da prática docente. Essa perspectiva desarticulada entre teoria e prática compromete a qualidade da educação, dificultando a promoção de uma formação crítica e emancipatória para os professores.

Os estudos de Cardoso, Almeida e Silveira (2021) destacam a importância de ações voltadas ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na formação docente. Embora as iniciativas analisadas tenham promovido a colaboração entre professores e a construção de novas habilidades, sua abrangência limitada aponta para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. Além disso, as ações concentraram-se em disciplinas específicas, como matemática, deixando de atender à diversidade das demandas educacionais.

As pesquisas de Souza e Vieira (2023) e Barboza e Santana (2022) evidenciam a existência de desigualdades regionais significativas na oferta de formação continuada em São Paulo. Enquanto algumas regiões implementam planos de carreira que incentivam a formação, outras não oferecem o suporte necessário, limitando as oportunidades de desenvolvimento profissional. Essas desigualdades afetam diretamente a eficácia das políticas públicas e a qualidade do ensino.

Melo e Santos (2020) e Antunes (2020) destacam os avanços e retrocessos na trajetória histórica da formação continuada no Brasil. Ambos enfatizam que, apesar dos progressos no reconhecimento da importância da formação continuada, a implementação de políticas públicas ainda enfrenta desafios, como a falta de alinhamento com as demandas reais dos professores e das escolas. Antunes (2020) ressalta a necessidade de conectar essas políticas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, promovendo uma formação mais autônoma e crítica.

Os estudos de Figueiredo (2019) e Escobar e Carlesso (2022) abordam temas específicos como a inclusão educacional e a construção de territorialidades docentes. Figueiredo (2019) analisa a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) em São Paulo, destacando seu papel na construção de vínculos entre professores, alunos e a comunidade escolar. Escobar e Carlesso (2022) enfatizam a importância de preparar os professores para trabalhar com alunos com deficiência, argumentando que a formação continuada é essencial para a implementação de práticas inclusivas.

Costa, Silva e Souza Júnior (2021) investigam as lacunas nas políticas públicas voltadas para a formação docente no Brasil, analisando as articulações entre diversos atores e os modelos de Estado que influenciam a definição dessas políticas. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, os autores identificam que as dificuldades na efetivação dessas políticas são amplificadas pela influência de forças conservadoras, que afetam tanto sua formulação quanto sua implementação. Esses entraves contribuem para que problemas estruturais relacionados à formação de professores permaneçam sem solução efetiva, limitando o alcance das ações governamentais.

DISCUSSÃO

Importante destacar que as inferências apresentadas neste estudo resultam da análise da produção acadêmica selecionada, e não de uma investigação empírica direta sobre a implementação das políticas no Estado de São Paulo.

As obras incluídas na análise destacam que a formação continuada deve ser um espaço de reflexão crítica, no qual os professores possam questionar suas práticas e desenvolver estratégias inovadoras.

Os resultados apresentados destacam desafios e oportunidades no campo da formação continuada de professores, situando-se em um contexto mais amplo de políticas educacionais. A análise dos dados aponta para a elaboração de políticas públicas abrangentes e alinhadas às demandas locais. Os textos analisados exploram diversas facetas da formação continuada de professores no Brasil, abordando desde políticas públicas específicas até ações práticas em diferentes contextos educacionais. A partir dos elementos apresentados no Quadro 3, discutem-se as principais implicações práticas e teóricas dessas políticas.

Quadro 3. Implicações práticas e teóricas das políticas de formação continuada de professores

Autores	Implicações
Nóvoa (2007)	Reflexão Crítica e Prática Docente
Libâneo (2016)	Investimentos e Sustentabilidade
Escobar e Carlesso (2022); Souza e Vieira (2023)	Inclusão e Diversidade
Nogueira e Borges (2021)	Diretrizes Curriculares para a formação inicial de professores da educação básica no Brasil
Magalhães (2019)	Política, ideológica e pedagógica na formação docente no contexto neoliberal
Cardoso, Almeida e Silveira (2021)	Uso pedagógico das TIC
Barboza e Santana (2022)	Projeto Político-Pedagógico da Escola
Souza e Vieira (2023);	Diferenças regionais e falta de um plano estadual unificado

Fonte: Os autores (2024).

A formação continuada deve ser um espaço de reflexão crítica, onde os professores possam questionar suas práticas e desenvolver estratégias inovadoras para atender às necessidades dos alunos. Nóvoa (2007) argumenta que, para isso, é necessário criar ambientes colaborativos e flexíveis, que incentivem o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do conhecimento pedagógico.

A falta de investimento adequado em formação continuada é um dos principais entraves identificados nos estudos analisados. Libâneo (2016)

alerta para o impacto negativo da insuficiência de recursos na qualidade do ensino, destacando a necessidade de políticas públicas que priorizem a educação como elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico.

As pesquisas de Escobar e Carlesso (2022) e Souza e Vieira (2023) reforçam a importância de políticas públicas que abordem as questões de inclusão e diversidade. É fundamental garantir que a formação continuada prepare os professores para trabalhar com a heterogeneidade das salas de aula, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e equitativas.

Verificou-se possíveis impactos a partir das novas Diretrizes Curriculares para a formação inicial de professores da educação básica no Brasil, com destaque para a preocupação com a descaracterização da formação docente tradicional devido às recentes políticas que tem sido afetada negativamente, especialmente nos aspectos teóricos-científicos e práticos (Nogueira; Borges, 2021).

A influência política, ideológica e pedagógica na formação docente, principalmente no contexto neoliberal com efeitos negativos na prática docente e na qualidade da educação (Magalhães, 2019).

Cardoso, Almeida e Silveira (2021) discutem as ações de formação continuada voltadas para o uso pedagógico das TIC pelos professores e suas implicações, com predominância de ações voltadas para o ensino a distância que reverbera com impactos na construção de conhecimento e práticas pedagógicas.

Com foco na formação permanente de professores da rede pública, a análise de sua eficiência e eficácia, conectada ao projeto político-pedagógico da escola e às necessidades dos professores, Barboza e Santana (2022) ressalta-se a necessidade de políticas públicas que atendam à demanda dos professores e superem as dificuldades enfrentadas na busca por formação.

Os estudos também evidenciam a necessidade de articulação entre as ações de formação continuada e os projetos políticos-pedagógicos das escolas, além da adequação das políticas públicas às especificidades regionais e institucionais, conforme sugerem Barboza e Santana (2022) e Souza e Vieira (2023).

Outro aspecto relevante é a análise de Souza e Vieira (2023), que mostra como a formação continuada varia significativamente entre municípios paulistas, refletindo desigualdades regionais e a falta de um plano estadual unificado. Essas variações comprometem o desenvolvimento profissional de docentes e limitam o impacto das políticas públicas na qualidade do ensino, como também discutido por Barboza e Santana (2022).

A análise das obras selecionadas revela avanços e limitações nas políticas públicas de formação continuada em São Paulo. Os desafios incluem a falta de alinhamento entre formulação e implementação, a influência de abordagens neoliberais, a ausência de investimentos adequados e as desigualdades regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que as conclusões apresentadas resultam de uma análise bibliográfica, baseada nas interpretações e análises de outros autores, e não de uma investigação empírica direta.

Este artigo contribui para o debate sobre políticas públicas de formação continuada de professores no estado de São Paulo, destacando lacunas, desafios e oportunidades nessa área. Ao reunir e analisar a produção acadêmica recente, o estudo evidencia como as iniciativas atuais, embora reconhecidamente necessárias, enfrentam limitações estruturais que comprometem sua eficácia e abrangência.

A revisão revelou dificuldades na articulação entre teoria e prática e influências de abordagens neoliberais que reduzem a formação docente a um viés técnico e pragmático. Essas questões impactam diretamente a qualidade do ensino e a valorização do professor, apontando para a necessidade de políticas públicas mais integradas, equitativas e focadas na formação crítica e reflexiva.

Além disso, destaca a necessidade de adaptar as políticas públicas às realidades locais, promovendo uma formação que seja ao mesmo tempo inclusiva e prática, envolvendo elementos técnicos de que os professores carecem, e que contribua para a melhoria contínua das práticas pedagógicas e da qualidade da educação.

Assim, este estudo traz elementos para fomentar a discussão sobre a formação continuada, com vistas a promover avanços concretos na valorização do professor e na construção de uma educação pública de qualidade. E diante desses achados, reforça a necessidade de políticas públicas mais bem estruturadas, que articulem diretrizes nacionais e estaduais com as realidades locais das escolas e dos professores. Além disso, aponta para a importância de uma formação continuada que não apenas atualize os docentes em termos técnicos, mas que também os capacite a refletir sobre suas práticas pedagógicas e a atuar de forma crítica e inovadora no enfrentamento dos desafios educacionais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. F. de S. Formação continuada de professores/as: uma análise a partir dos ordenamentos legais. **Anais de Colóquios de Políticas e Gestão da Educação**, p.701-712, 2020. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/765>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 25 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. 2019.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 02 maio 2024.

BARBOZA, R.; SANTANA, Z. A relação entre qualidade da educação e formação continuada de professores. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v.8, n.6, p. 503-518, 2022. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i6.5820>

CARDOSO, M. J. C.; ALMEIDA, G. D. S.; SILVEIRA, T. C. Formação continuada de professores para uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) no Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [S.I], v. 29, p. 97-116, 2021. <https://doi.org/10.5753/rbie.2021.29.0.97>

COSTA, B. S.; SILVA, Q. P.; SOUZA JUNIOR, V. F. de. A Formação Continuada de Professores: um olhar para o PNE 2014- 2024. In: I Latin American Congress of Education, 1., 2021, Curitiba, **Anais**. Curitiba, p. 1- 19, 2023. <https://doi.org/10.47174/lace2021-0022>

CRESWELL, J. W.; CRESWELL J. D. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. [s.l.] Penso, 17 mar. 2021.

ESCOBAR, N. T. C.; CARLESSO, J. P. P. Formação continuada de professores: Aspectos históricos e as políticas educacionais para inclusão de alunos com deficiência na escola regular de ensino. **Disciplinarum Scientia**. Série: Sociais Aplicadas, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 67-85, 2022. <http://dx.doi.org/10.37778/dsca.v18i1.4178>

FARINA, I.; BENVENUTTI, D. B. **Formação continuada de professores: perspectiva humana e emancipatória**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2024. 152p.

FIGUEIREDO, T. M. S. **Formação continuada de professores: A JEIF na construção das territorialidades docentes em uma escola pública do município de São Paulo**. 2019. 139 f. Relatório de qualificação para obtenção do título de Mestre (Mestrado em Educação) - - Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

GATTI, B. A. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** - Brasília: UNESCO, 2019. https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **A organização e gestão da escola**. RJ: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143572>

MAGALHÃES, S. M. O. Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015) **Revista Linhas**, v.20, n.43, p. 184-204, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820432019184>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARIN, T. **As narrativas da privatização da educação básica na mídia brasileira**. [Meio Eletrônico], Anpae, Campinas, SP, 2024.

MELO, E. S. N.; SANTOS, C. R. A formação continuada de professores (as) no Brasil: do século XX ao século XXI. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.11, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3269>. Acesso em: 25 jun. 2024.

NOGUEIRA, A. L; BORGES, M. C. A BNC - formação e a formação continuada de professores. **Revista online de Políticas e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n.1, p. 188-204, 2021. <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i1.13875>

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente: os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

NÓVOA, A. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo. Sindicato dos Professores de São Paulo**, Sinpro/SP, 2007.

SOUZA, T. N. de; VIEIRA, L. Formação continuada de professores da educação infantil em dois municípios do interior paulista. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 166-180, 2023. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2023v12n1p166-180>

Contato dos autores/as:

Autor: Marco Wandercil
e-mail: marco.wandercil@gmail.com

Autor: Rafael Perelli
e-mail: rafael.perelli@uscsonline.com.br

Autor: Alexandre Costa Carraro
e-mail: alexandre.carraro@uscsonline.com.br

Autor: Cesar Antonio Souza
e-mail: cesar.souza@uscsonline.com.br

Autor: Paulo Sergio Garcia
e-mail: paulo.garcia@online.uscs.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 26/12/2024